

**Ata da 82ª Reunião Ordinária da
Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima – CIMGC realizada aos 26 de
setembro de 2014, às 14:00 horas, no Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação –
MCTI, Sala dos Conselhos, 2º andar, Brasília. DF**

Membros Participantes

1. Beatriz Soares – Ministério da Fazenda
2. Everton Frask Lucero – Ministério das Relações Exteriores
3. Josana de O. Lima Esser – Ministério do Meio Ambiente
4. Márcio Rojas – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
5. Mônica Libório – Ministério dos Transportes

Outros participantes

1. Andréa Nascimento de Araújo – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
2. Diogo Santos – Ministério das Cidades
3. Flavia Frangetto – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
4. Luis Fernando Badanhan – Ministério de Minas e Energia
5. Sonia Regina Bittencourt – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
6. Suiá Kafure da Rocha – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
7. Susanna Erica Busch – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
8. Ricardo Rocha Pavan – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
9. Rodolfo Lopes - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
10. Vitor Ferraz - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
11. Valdir Borges Souza Junior – Ministério de Minas e Energia

1. Abertura da Reunião

O Secretário Executivo da Comissão iniciou a 82ª reunião ordinária da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima (CIMGC) às 14h25min, anunciando que seu antecessor Gustavo Luedemann havia voltado ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Colocou em votação um pedido de inversão de pauta trazido pelo representante do Ministério de Minas e Energia (MME), que a plenária aceitou, passando a “Consulta da Eletrobrás sobre reunião presencial” para item anterior a “Projetos”.

2. Aprovação da Ata da 81ª reunião ordinária da CIMGC

Dando prosseguimento aos trabalhos, o Secretário Executivo passou à aprovação da ata objeto de aprovação. A ata foi aprovada e em seguida o Secretário Executivo passou ao próximo ponto de pauta.

3. Consulta da Eletrobrás sobre reunião presencial (A)

O Secretário Executivo explicou tratar-se de questão ligada a problema em relação ao envio de cartas-convite, que redundou em solicitação da Eletrobrás. Pediu ajuda da Secretaria

Executiva caso em sua explicação viesse a esquecer algum detalhe. Deu um breve histórico do projeto, mencionando que estava em validação e que se tratava de projeto *bundling*, englobando uma série de empreendimentos. Informou que, no caso, o proponente encaminhou a carta para os *stakeholders* locais no prazo devido, porém a Validadora, que encaminhou as cartas aos governos locais, verificou que o projeto envolvia empreendimentos que extrapolavam os limites de um município. Diante disso, não tendo sido feito naquele primeiro momento envio de cartas a representantes dos Estados, a Eletrobrás fez uma consulta à Secretaria Executiva a fim de proceder à reunião presencial. A reunião presencial foi realizada com os representantes dos convidados, além de ter sido enviado convite por meio de carta. O problema foi que nem todos os envolvidos foram convidados, tendo sido chamados nesse segundo momento apenas os *stakeholders* estaduais, e não os municipais. Por essa razão, em nova consulta, perguntou se deveria fazer nova reunião chamando a todos ou se a CIMGC considerava que a consulta já feita era suficiente. O Secretário Executivo passou a palavra para a representante do MCTI, que afirmou ter sido elaborada Nota Técnica sobre a questão e observou ter sido identificado que, no caso, não houve convite a outras entidades de relevância, como o órgão ambiental local. O representante do MME pediu esclarecimento quanto a ter havido outra eventual não observância de requisito além da falta de convite aos governos. A representante do MCTI mencionou não terem sido convidadas associações, Movimentos Sociais para o Meio Ambiente, o Fórum, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Informou que respondeu à consulta do proponente, acerca de possibilidade de realização de reunião na sede da Eletrobrás, desde que arcassem com os custos logísticos dos convidados. Mencionou ter havido precedente de possibilidade de realização da reunião nessa condição, sob o fundamento do teor da Resolução (CIMGC) nº 10. Informou que o proponente alegou que não tinha recurso suficiente para custear a logística. Comentou a alternativa encontrada pela Secretaria Executiva trazendo a solução de que o processo de validação fosse suspenso e a consulta pública fosse retomada, aguardando-se os quinze dias para comentário que, em havendo, deveria ser assimilado na validação e então ser feita a publicação. Trouxe a informação de que a EOD, conforme regra do Conselho Executivo do MDL, precisava observar os preceitos da consulta local. Explicou que, conforme recomendação da Consultoria Jurídica (Conjur) do MCTI, em havendo um vício, este tinha que ser explicitado, ainda que viesse a ser corrigido. Por isso, então, corrigido e justificado, indicando-se o erro, haveria possibilidade de que o já feito no processo não fosse perdido. Desse modo, estaria respeitada a transparência, sem desobediência a qualquer regra. O representante do MME agradeceu o esforço da Secretaria Executiva na solução do problema. Pediu esclarecimento acerca do significado “suspender o processo”. A representante do MCTI explicou que se tratava de estagnar temporariamente o processo, quanto à fase de consulta, para proceder novamente ao envio a comentários, colocando-se no site o DCP do projeto, entre outras medidas, anteriormente a quinze dias anteriores à publicação da informação de que a consulta foi realizada. Retomou que a CIMGC poderia ficar tranquila caso fosse suspenso e posteriormente retomado o processo com nova publicação. Mencionou que o consultor Felipe Barbirato, com sua experiência no Conselho Executivo, considerou adequado esse entendimento. O representante do MME perguntou se poderia republicar em projeto que já tenha sido publicado anteriormente. A representante mencionou caso em que o próprio Conselho Executivo pediu nova publicação após determinada correção. O representante do MME, na qualidade de membro, perguntou se o efeito prático seria uma suspensão informal do processo de validação, para sua continuidade, e não de algum contrato, e que o proponente mandaria o convite para todos os atores da Resolução (CIMGC) nº 7, republicaria a consulta global no site do Conselho Executivo, aguardaria 28 dias e republicaria, além de incluir os comentários no Documento de Concepção do Projeto (DCP) e no Relatório de Validação. O Secretário Executivo perguntou se os membros gostariam de fazer algum adendo e se estavam

de acordo com a exposição claramente explicada. A representante do MMA, a representante do Ministério do Planejamento e o representante do Ministério das Cidades (MCidades) manifestaram-se favoravelmente. O representante do MCidades apresentou-se e explicou estar presente mais como ouvinte. O representante do MME comentou que, adotando-se a solução proposta, o custo seria do envio das cartas com Aviso de Recebimento e da republicação. A representante do MCTI afirmou que o projeto ainda não teria iniciado o processo de obtenção de créditos de carbono na CIMGC (vez que não oficialmente apresentado à CIMGC), tendo sido dada a solução a título de recomendação e informalmente. O Secretário Executivo resumiu o encaminhamento, no sentido da recomendação explicada, tendo sido aceito pelos membros.

4. Projetos em revisão cujos proponentes apresentaram resposta aos ofícios em conformidade com a Resolução nº 05 da CIMGC

4.1. 452/2013 – Projeto das Usinas Eólicas Eurús II e Renascença V MDL – resp. of. 21/2014, recebido em 21/07/2014

A representante do MCTI lembrou que o projeto havia ficado em revisão, mas que não foram atendidas as exigências. O parecer da Secretaria Executiva, então, foi pelo atendimento parcial das modificações e que, para que as alterações fossem feitas, o projeto permanecesse em revisão. A representante do MMA pediu que o projeto ficasse em revisão, mas que, por ter, no entendimento do MMA, havido observância às exigências, o parecer do MMA foi pela aprovação com ressalvas, mas que o MMA seguia o MCTI. Idem o MME, o Ministério do Planejamento e o MF. A Comissão deliberou por consenso que a atividade de projeto “Projeto das Usinas Eólicas Eurús II e Renascença V MDL”, permanecesse em **revisão**.

4.2. 459/2013 – Pequena Central Hidrelétrica Rondinha – resp. of. 22/2014, recebido em 21/07/2014

A representante do MCTI lembrou que o projeto havia ficado em revisão, mas que, em decorrência de correções terem sido feitas, deveria ser aprovado com ressalvas, para que fosse alterada a versão do DCP para a versão 8, de 2014, conferida também no Relatório de Validação. A representante do MMA e o representante do MME expuseram seus entendimentos no sentido de terem sido atendidas as exigências. A Comissão deliberou por consenso que a atividade de projeto “Pequena Central Hidrelétrica Rondinha”, fosse **aprovada com ressalvas**.

4.3 464/2014 – Projeto MDL da PCH Nova Mutum (JUN1178), Brasil – resp. of. 44/2014, recebido em 20/08/2014

A representante do MCTI comentou as exigências feitas ao projeto, concluindo que as questões de envio de informações processuais e de necessidade de licença ambiental foram satisfeitas sob o ponto de vista da Secretaria Executiva do MCTI. Os representantes presentes foram unânimes em entender que as solicitações foram satisfatoriamente atendidas. A Comissão deliberou por consenso que a atividade de projeto “Projeto MDL da PCH Nova Mutum (JUN1178), Brasil” fosse **aprovada**.

4.4 460/2014 – Projeto PCH Marco Baldo de redução de emissão de gases de efeito estufa (denominado PCH Marco Baldo) – resp. of. 16/2014, recebido em 28/08/2014

A representante do MCTI explicou as razões que levaram a Secretaria Executiva do MDL a entender que o projeto tinha atendido às exigências. A representante do MMA e os

representantes dos demais Ministérios presentes decidiram pela aprovação com ressalvas. A Comissão deliberou por consenso que a atividade de projeto “Projeto PCH Marco Baldo de redução de emissão de gases de efeito estufa (denominado PCH Marco Baldo)” fosse aprovada com **ressalvas**.

4.5 465/2014 - Projeto de Energia Eólica Sento Sé – resp. of. 41/2014, recebido em 12/09/2014.

A representante do MCTI explicou o entendimento do MCTI favorável à aprovação com ressalvas, ficando pendente satisfazer um documento. A representante do MMA e o representante do MRE opinaram pela aprovação. Mas a Comissão deliberou por consenso que a atividade de projeto “Projeto de Energia Eólica Sento Sé” fosse aprovada com **ressalvas**.

5. Consulta da Eletrobrás sobre reunião presencial (B)

O Secretário Executivo da CIMGC, com o advento da presença do representante do MRE, retomou o item 3, tratado no início da reunião, explicando o caso da Eletrobrás. O representante do MRE agradeceu o esclarecimento, e manifestou-se, sem ter nada a acrescentar, estar de acordo.

6. Informes da Secretaria Executiva:

6.1. Informe sobre a participação da SECEX/CIMGC no evento “Regional Workshop on CDM and NAMAs for Latin America and the Caribbean”

O Secretário Executivo passou a palavra para a representante da Secretaria Executiva que participou do Workshop, ocorrido em Bogotá, em setembro de 2014. A representante explicou o tema do evento, informando que visava ao aproveitamento do esforço do MDL para qualquer outro eventual mecanismo que viesse a ser criado, com base na experiência do MDL utilizado como exemplo. Explicou que o MDL, estando sob um sistema robusto, poderia ser útil a outros mecanismos. Contou ter feito, no Workshop, exposição sobre o sistema da consulta local. Afirmou que talvez exemplos de outros países pudessem ser observados. Trouxe números sobre a baixa inclusão de comentários integrados ao projeto no processo de consulta brasileiro. Citou Argentina, Uruguai e Paraná, informando que os dois últimos tinham chamada pública com apresentação do projeto à comunidade, na qual focavam sobre os benefícios que o projeto idealizado aportava e colocando-a como fiscais do projeto. Explicou que os créditos de carbono não eram distribuídos com a comunidade, mas que ficavam com o proponente de projeto. Trouxe o dado de que essa forma de reunião pública evitava pressões por repartição dos créditos. Sobre o sistema do Uruguai, mencionou o convite à publicação prévia do projeto no site do Conselho Executivo. Trouxe exemplos de outros sistemas com a possibilidade de, a qualquer momento, o projeto estar aberto a sugestões, por meio do acesso às suas informações também no site do Conselho Executivo. Trouxe à baila a questão acerca do quanto os projetos proporcionam contribuição para o desenvolvimento sustentável, sendo que o Secretariado da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) se colocou à disposição para auxiliar os países hospedeiros a levantarem formas de monitoramento dos indicadores de contribuição do projeto ao desenvolvimento sustentável. Lembrou que a CIMGC tem consultor contratado para buscar a informação sobre a contribuição ao desenvolvimento sustentável. Assinalou o interesse da União Europeia em mensurar essa contribuição. A representante do Ministério da Fazenda (MF), tendo também participado do Workshop, comentou positivamente sobre as opções de consulta e contribuição ao desenvolvimento sustentável apresentadas, atentando ao

regime futuro da mudança do clima. Opinou sobre a postura combativa da União Europeia, que lhe pareciam posições inteligentes, mas que criticavam o MDL. Citou a exposição de uma Organização Não Governamental (ONG) de Honduras que pediu que a apresentação do projeto fosse em linguagem acessível e que os benefícios fossem em favor das questões locais da área de circunscrição do projeto. Fez observações sobre o momento do MDL. Trouxe o exemplo no qual o Canadá trouxe alternativas de tributação das emissões de gases de efeito estufa (GEE). Contou ter feito, no Workshop, exposição sobre cancelamento voluntário de Reduções Certificadas de Emissões (RCE), mencionando pergunta a si feita em relação a empreender iniciativa nas Olimpíadas, resposta que não teve como conceder. A participante pelo MCTI comentou as alternativas trazidas sobre compensação pelas emissões e sobre pagamento de taxas por meio de RCE, citando os países que adotaram o cancelamento voluntário para esse fim – e não no intuito de diminuir a oferta de RCE no mercado, mas sim no sentido de fazer com que fosse conferido valor à RCE no mercado e que ela fosse aceita. A participante pelo MF falou sobre o requisito de que o mínimo comprável na hora de emitir o lote das RCE é alto, no processo de comercialização da mesma. Ressaltou ter havido discussão sobre o NAMA crediting. E que quanto à manifestação voluntária, subentendendo ato de soberania dos países, sua utilização observasse o requisito de que fosse sustentável e que deveria ser tomado o devido cuidado com ingerência de externos acerca de como o país entendia seu desenvolvimento sustentável. Explicou seu entendimento segundo o qual a União Europeia estaria insistindo em invalidar o MDL por não ter a capacidade de introduzir os critérios que na visão dela eram essenciais, sendo que, a não aplicação desses critérios, se colocavam contra o MDL. Teceu considerações sobre a expertise acumulada do MDL e que o MDL respeitava a integridade ambiental. Trouxe comentários sobre a posição brasileira no sentido de que preliminarmente houvesse a definição dos compromissos do novo acordo internacional, para, então, ser definido o que deveria acontecer com o MDL no novo sistema. Quando indagada sobre a origem do representante que lhe fez a pergunta sobre cancelamento voluntário, respondeu provir do México. Informou que o cancelamento voluntário foi retirado do EuroClima. Defendeu que a CIMGC tivesse iniciativa de utilização do cancelamento voluntário nas Olimpíadas e salientou que a apoiaria nesse sentido.

6.2 Regularidade da publicação do relatório de status dos projetos de MDL no Brasil

O Secretário Executivo passou a palavra para a representante do MCTI, que noticiou nova publicação, e disponibilização no site, de relatório trimestral de status dos projetos de MDL no Brasil, inclusive com dados agregados para todo o período, sem que os status anteriores fossem retirados do ar. O Secretário Executivo explicou que o site do MCTI estava sendo reformado, embora o portal antigo estivesse sendo o canal de informações, e que passaria a ter informações mais objetivas. Pediu que eventuais dificuldades de acesso fossem comunicadas.

6.3 Novas atividades de projeto

O Secretário Executivo informou não ter sido apresentada nova atividade de projeto.

6.4 Disponibilização, para conhecimento, de todos os produtos técnicos desenvolvidos no âmbito do Projeto BRA/07/002

O Secretário noticiou a disponibilização, mediante acesso à página de uso restrito da CIMGC, de ricos estudos e relatórios do Projeto PNUD BRA/07/002, para utilização da forma que entendessem pertinente.

6.5 Ofício enviado ao Ministério Público sobre os projetos em análise nesta reunião

O Secretário Executivo lembrou que o Ministério Público já estava sendo informado sobre projetos, lembrando que a entidade não respondia a particulares e que no novo regime não constaria mais a obrigatoriedade de consulta, pelo proponente de projeto, ao Ministério Público mas que essa consulta seria feita pela Secretaria Executiva. Explicou a propriedade de que fosse retirada de resolução a exigência de convite ao Ministério Público. Informou que a consultora Flavia Frangetto consolidou as resoluções anteriores e que trouxe exemplos acerca de como previsões sujeitas a constantes alterações poderiam ser remetidas a um manual com força normativa (o Manual do MDL) sendo que qualquer alteração passaria pelo crivo prévio da CIMGC. A representante do Ministério do Planejamento (MP) perguntou se as regras a respeito da consulta constariam do Manual. Em resposta, o Secretário Executivo fez a sugestão de encaminhamento que, a partir daquele momento, nos processos de consulta, não fosse mais feita a exigência de consulta pelo proponente ao Ministério Público Federal (MPF), vez que inócua, mas que, tão logo a CIMGC recebesse novos projetos, comunicasse ao Ministério Público em consonância às solicitações das reuniões anteriores sobre o assunto. Informou que a consultora entregou sua proposta final de Resolução Consolidadora e que o processo de alteração normativa seria aproveitado para proceder à mudança da exigência de que o proponente consultasse o Ministério Público. Pediu à Secretaria Executiva que orientasse a consultora Larissa Schmidt, responsável pela redação da minuta do Manual do MDL, para essa mudança no quesito consulta pública. A representante do MP pediu informações sobre como o proponente teria conhecimento da retirada da exigência de resolução da CIMGC. O representante da CIMGC propôs encaminhamento refletindo a questão. O representante do MRE sugeriu tomar-se o referente artigo com aplicação suspensa, até que houvesse uma resolução consolidadora e o manual normatizando essa questão. Recomendou que a informação de suspensão da regra fosse divulgada no site. O Secretário Executivo sugeriu consulta à Conjur nesse sentido, a qual o representante do MRE concordou mas sugeriu que ocorresse após a publicidade da informação de suspensão, tendo ficado decidida por todos os membros essa suspensão.

7. Outros assuntos

7.1 Proposta de calendário de reuniões para 2015

O Secretário Executivo pediu que fossem indicadas datas de calendário, ressaltando a necessidade de que o calendário tentativo fosse aprovado até a última reunião do ano. A representante do MP pediu que as reuniões fossem realizadas às sextas-feiras.

7.2 Resolução nº 12

O Secretário Executivo declarou que, como a Secretaria Executiva encontrava-se em processo de reflexão quanto ao texto da Resolução nº 12 a ser apresentado à CIMGC, tão logo estivesse munida de uma matriz de transição dos sistemas, o disponibilizaria, como também prestaria esclarecimentos sobre como o conteúdo das resoluções anteriores foi absorvido na nova proposta.

7.3 Novo informe

O Secretário Executivo informou que Ana Luisa Champloni foi indicada para a representação feita pelo MF, ficando substituído o representante João Tedeschi. Declarou encerrada a reunião às 16h45min.